

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS CAMPOS BELOS
PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM ENSINO DE HUMANIDADES.**

CARLA DANIELY PAIVA DA SILVA

**O ENSINO DE ARTE E A BNCC: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS IDEIAS DE
JOHN DEWEY**

**CAMPOS BELOS / GO
2021**

CARLA DANIELY PAIVA DA SILVA

**O ENSINO DE ARTE E A BNCC: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS IDEIAS DE
JOHN DEWEY**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista.

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira

**CAMPOS BELOS/GO
2021**

CARLA DANIELY PAIVA DA SILVA

**O ENSINO DE ARTE E A BNCC: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS IDEIAS DE
JOHN DEWEY**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista.

Aprovado em 06 de outubro de 2021.

Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira - Orientador
IF Goiano – Campus Campos Belos
Presidente / Orientador

Prof^a. Mestra Samara Gonçalves Lima
IF Goiano – Campus Campos Belos
Membro

Prof. Mestre Thiago Ferreira Santos
IF Goiano – Campus Campos Belos
Membro

Prof. Mestre Daniel de Freitas Nunes
IF Goiano – Campus Campos Belos
Membro - Suplente



INSTITUTO FEDERAL

Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC – Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Carla Daniely Paiva da Silva

Matrícula: 2019106301040324

Título do Trabalho: O Ensino de Arte e a BNCC: Uma avaliação a partir das ideias de John Dewey.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 30/10/2021

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Campos Belos - GO, 25/10/2021.

Local

Data

Carla Daniely Paiva da Silva

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Flávio Silva de Oliveira

Flávio Silva de Oliveira – SIAPE: 2274735



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 19/2021 - UE-CB/GE-CB/CMPCBE/IFGOIANO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Campos Belos

ATA DO EXAME DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO

CARLA DANIELY PAIVA DA SILVA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de 2021, às quinze horas, reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública por videoconferência na plataforma *google meet* para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**O ensino de arte e a BNCC: uma avaliação a partir das ideias de John Dewey**”, em nível de Pós-graduação *Lato Sensu* de autoria de Carla Daniely Paiva da Silva, discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades do Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à discente para, no tempo de 15 a 20 minutos realizar a apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinada. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Humanidades, e atendidas as correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi APROVADO COM RESSALVA, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de especialista em Ensino de Humanidades, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega definitiva do TCC e cumprimento de todos os requisitos necessários, em acordo com a orientação normativa 01/2021 da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, e para constar, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Justificativa e comentários sobre o trabalho:

O TCC avaliado atende aos critérios de forma e conteúdo. No que diz respeito ao conteúdo, a discente atingiu, dentro de seus pressupostos, as respostas aos seus objetivos geral e específicos, estando o trabalho analisado apto para aprovação com ressalvas.

Sugestões de alterações do trabalho:

O trabalho necessita de definição mais clara de alguns conceitos e adequação à norma padrão da língua portuguesa. O trabalho precisa de padronização das referências bibliográficas. A seção "Considerações finais" ser denominada de "Considerações e perspectivas". A gravação da defesa com os apontamentos da banca e contribuições ficará à disposição da aluna para as devidas correções.

Assinado eletronicamente
Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira
(presidente/orientador)

Assinado eletronicamente
Prof^a. Mestra Samara Gonçalves Lima

Assinado eletronicamente
Prof. Mestre Thiago Ferreira Santos

Documento assinado eletronicamente por:

- Samara Goncalves Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/10/2021 18:41:17.
- Thiago Ferreira dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/10/2021 10:52:20.
- Flavio Silva de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/10/2021 08:21:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 315694
Código de Autenticação: 0d81b9a3a1



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Campos Belos
Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal nº 614, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000
(62) 3451-3386

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	7
2 DESENVOLVIMENTO	8
2.1- Contextualizando a Arte como Experiência	9
2.2 A Importância da Comunicação Social e a Ideia de Liberdade	13
2.3 A Arte Na Escola: muito mais que uma disciplina	15
3. ENSINO DE ARTE E A BNCC: COMO FICA A EDUCAÇÃO	17
3.1 A BNCC: objetivos e estrutura	17
4. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS	22
REFERÊNCIAS	23

O ENSINO DE ARTE E A BNCC: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS IDEIAS DE JOHN DEWEY

Carla Daniely Paiva da Silva¹

Data de submissão: 25/10/2021

Data de aprovação: 06/10/2021

RESUMO

O presente trabalho intitulado O ensino de arte e a BNCC: Uma avaliação a partir das ideias de John Dewey, tem como objetivo analisar o papel do Ensino de Artes nas Escolas no Brasil. Busca compreender os argumentos e contribuições do autor John Dewey, assim como a de outros autores sobre o ensino de arte e suas estruturas educacionais construídas com o passar dos anos. Sendo assim, é preciso conhecer o percurso histórico do Ensino de Artes nas unidades de ensino, fazendo uma relação entre o papel da escola e o mundo no trabalho. A pesquisa se caracteriza por ter abordagem qualitativa com a utilização de revisões bibliográficas do autor John Dewey, e demais autores que dominam o tema e entendem de fato sua história. Portanto, o desafio deste estudo é a compreensão histórica das contribuições e valorização do ensino de artes assim como a mistificação que é gerada em torno da defasagem deste componente curricular na educação brasileira.

Palavras-chave: Artes. BNC. Educação. John Dewey

ABSTRACT

The present work, entitled the teaching of art and the BNCC: An evaluation based on the ideas of John Dewey, aims to analyze the role of Teaching Arts in Schools in Brazil. It seeks to understand the arguments and contributions of author John Dewey, as well as those of other authors about art education and its educational structures built over the years. Therefore, it is necessary to know the historical path of Teaching Arts in teaching units, making a relationship between the role of the school and the world at work. The research is characterized by having a qualitative approach with the use of bibliographical reviews by the author John Dewey, and other authors who dominate the topic and understand its history. Therefore, the challenge of this study is the historical understanding of the contributions and valuation of arts education as well as the mystification that is generated around the lack of this curricular component in Brazilian education.

Keywords: Arts. BNC. Education. John Dewey

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade apresentar o ensino de arte enquanto área da experiência humana em seu processo de construção histórica, assim como suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, busca-se evidenciar a importância e acentuar a necessidade de valorizar Arte como uma disciplina significativa na construção do conhecimento, visto que sempre esteve presente nas mudanças

culturais e em constante relação com a humanidade por movimentos estéticos ou comunicativos. Nos propusemos nesta pesquisa a discutir questões que envolvem a existência de lacunas em torno do ensino de artes nas escolas brasileiras, o que provocam deficiências e reflexos negativos na formação das crianças e jovens. O problema desta pesquisa aparece através de duas perguntas: Como a disciplina de artes pode trazer contribuições críticas e democráticas importantes para o processo de ensino e aprendizagem? A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta o ensino de artes como algo significativo na formação do aluno?

Através da análise de conteúdo presente realizado nas teses educacionais de John Dewey e de outros autores, percebe-se o quanto é possível ampliar os horizontes e desenvolver o espírito coletivo na juventude dando sentido à valorização da ²arte como disciplina e ciência de formação crítica e democrática. As análises de conteúdo organizam-se em torno de três polos: a pré-análise; a exploração do material; e por fim, o tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação (BARDIN, 2009).

John Dewey aborda em suas teses contribuições sobre a filosofia da arte, destacando a importância da experiência estética no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos assim como em suas vivências. Nesse sentido, a escolha deste tema baseia-se nas ideias de autores que contribuíram para educação através do ensino de artes, tendo como bandeira principal uma educação de qualidade. Serão abordadas também considerações da BNCC, assim como suas propostas relacionadas ao ensino de artes, evidenciando se suas características são claras e específicas, se proporcionam ao aluno uma criticidade para com o mundo, despertando um novo olhar às culturas, às semelhanças e diferenças existentes entre elas. O ensino de arte deve proporcionar ao aluno ser o artista, usar da sua imaginação para que ele seja o protagonista, o criador de suas obras. Assim, o documento apresenta como as linguagens do ensino de artes são apresentadas.

Para tal propósito, essa pesquisa utilizou como metodologia estudos bibliográficos e documentais, e para discutir sobre o tema, foram utilizados como suporte teórico estudos de alguns autores e suas respectivas compreensões acerca do tema, entre eles: AMARAL (1990), BARBOSA (2002, 2012), BARBOSA e COUTINHO (2011), CUNHA e GARCÍA (2009), DEWEY (2010), FAUSTO (2001), GADOTTI (1999), TEIXEIRA (2000), evidenciando as contribuições e valorização ao ensino de artes nas escolas brasileiras, assim como o reconhecimento de sua história e a sua importância na educação. Na parte do aporte documental, usamos como referência para estudos e análises as legislações que regem/ram a educação brasileira e em específico a Educação Infantil (BRASIL, 1971, 1996, 1999), e a última versão do documento da BNCC (2017).

E, para uma melhor estruturação de leitura, o presente trabalho além da Introdução, possui três outras seções. No desenvolvimento, será apresentado um breve histórico sobre a “Contextualização histórica da arte como experiência”, “A importância da comunicação social e a ideia de liberdade” e “A arte na escola: muito mais que uma disciplina”. Na terceira seção, as considerações apresentadas discorrem sobre a BNCC e como o ensino de arte nela está estruturado. A seção é seguida por algumas considerações.

2 DESENVOLVIMENTO

² Definição: **Arte**, enquanto disciplina ou campo do saber, e **arte** enquanto prática ou manifestação artística.

2.1- Contextualizando a Arte como Experiência

A partir de meados do século XX, o ensino da arte no Brasil se caracterizou pela importação de modelos estrangeiros, dificultando assim o desenvolvimento de uma cultura própria e a estabilização de projetos autorais nessa área, e mesmo na educação em geral (BARBOSA, 2002, p. 39). No ano de 1989, houve várias tentativas para derrubar a arte barroca como o movimento das reformas protestantes, pois o barroco era conhecido como uma arte de base política que foi logo abraçado e utilizado de forma estratégica pela igreja católica para suprir seus interesses.

Ainda no século XX o período republicano evidenciou a influência norte americana de Walter Smith, principal organizador do ensino de artes como desenho industrial em Massachusetts, defendida por reformadores liberais que visavam à alfabetização e à preparação para o trabalho industrial, em contraposição aos positivistas de inspiração cotidiana que preferiam o estudo e a cópia de ornatos, atrelados ao evolucionismo, defendiam a ideia de que a capacidade imaginativa deveria ser desenvolvida na escola através do estudo e cópia, pois estes almejavam o aperfeiçoamento da capacidade criativa (BARBOSA & COUTINHO, 2011, BARBOSA, 2012).

Todas essas experiências inovadoras processadas desde a década de 1920 foram praticamente silenciadas durante o período ditatorial denominado “Estado Novo”, vigente entre 1937 e 1945, período em que o presidente Vargas¹ estabeleceu como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945. Para ele a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais.

As iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos tinha uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural (FAUSTO, 2001, p.188).

O impulso verdadeiro pela inserção da arte na educação foi retomado somente em 1947, com a redemocratização do país e a revisão dos ideais da “Escola Nova”, responsável por introduzir inovações em vários setores da educação (metodologias, programas de ensino, gestão escolar etc.).

Os pressupostos teóricos para a valorização da arte na “escola nova” foram principalmente inspirados em John Dewey e defendidos por seu ex-aluno Anísio Teixeira. No final da década de 1950 o Brasil ingressou em uma era de intensa politização, em decorrência da crescente ineficiência do poder estatal para combater as desigualdades sociais, momento este em que a educação foi entendida como parte do sistema cultural mais amplo, o que fomentou a produção de pesquisas sobre ensino e educação através da arte.

³Anísio Teixeira traz em si uma tensão entre a educação vivenciada e aprendida e a tendência liberalista. Anísio participa da educação humanista dos Jesuítas, mas com seus estudos junto a John Dewey, busca introduzir elementos da ciência trazendo a necessidade da educação em responder aos desafios do contexto, do mundo. Até então a grande ênfase da educação era dada à literatura e muito reduzidamente a ciência era contemplada. Quem provoca esta ruptura ou avanço, em grande medida, é Anísio Teixeira, atualizando as leituras de Dewey.

Ao longo de sua importante trajetória como educador, Anísio assume um posicionamento radical, e aos poucos rompe com o paradigma estabelecido. Assim, [...] “Anísio defende a necessidade da experiência, mas combinada com o ensino de matérias regulares. Concebe a Escola Nova não como ruptura com a Escola Tradicional, mas como a subsistência dos seus aspectos positivos e uma reformulação didática” (TEIXEIRA, 2010, p. 48).

O movimento da Escola Nova, pela sua importância, mereceu grande atenção, mas como não é o maior objetivo, vamos passar brevemente, sem dizer com isso, que seja menos importante.

A Escola Nova representa o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa. A ideia de fundamentar o ato pedagógico na ação, na atividade da criança, já vinha se formando desde a “Escola Alegre” de VITORINO DE FELTRE (1378-1446), seguindo pela pedagogia romântica e naturalista de Rousseau. Mas foi só no início do século XX que tomou forma concreta e teve consequências importantes sobre os sistemas educacionais e a mentalidade dos professores. [...] A Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança (GADOTTI, 1999, p. 142).

Cabe ressaltar que não foi apenas Anísio Teixeira que teve a ideia de mudança em relação à educação na escola nova, ele teve o apoio de outros grupos de educadores que tinham como fundamento mudar o cenário de uma educação voltada apenas para o professor, favorecendo a classe elitista, sem compromisso social.

Compreende-se que tanto para Dewey quanto para Teixeira a educação só pode ser pensada e concebida a partir de dois conceitos, ou seja, a experiência e a democracia. A vida na escola, ou na sociedade precisam considerar estes dois princípios, amparados na ciência e nos avanços da sociedade.

Entretanto, foi na década de 1920 que John Dewey foi inserido neste contexto trazendo ideias e práticas educacionais de uma Escola Nova que tinha como ideal superar problemas metodológicos que limitavam a formação dos alunos e, conseqüentemente, impediam o avanço educacional do estado. Todavia, as soluções de Dewey, buscavam a modernização educacional por meio da valorização dos traços psicológicos individuais dos educandos, sem desviar a escola de suas funções socializadoras.

As teses de Dewey sobre educação, arte e estética foram interpretadas e apropriadas de diversas maneiras, com variadas tentativas de transformar os pressupostos do autor em práticas e métodos de ensino, especialmente na educação primária (CUNHA & GARCIA, 2009; BARBOSA, 2002; BARBOSA & COUTINHO, 2011).

³ Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

Percebe-se que o ensino de artes começa então a ser discutido e a ganhar espaço passando por mudanças. Assim a tendência tecnicista que ensinava de forma mecanicista através de conteúdos abstratos e as de bases psicológicas que tinha a ideia de livre expressão, mas com a ausência de conteúdo foram criticadas. Diante destas questões e pela influência de Ana Mae Barbosa ao acolher as ideias de John Dewey, apresentando os estudos filosóficos do autor e mostrando a relação entre arte e a educação, porém suas ideias ainda foram ignoradas por estudiosos influentes do cenário educacional. Entretanto, as obras de Dewey, cada vez mais eram reconhecidas e o interesse sobre elas cresciam.

Arte como experiência (DEWEY, 2010), seu mais importante trabalho sobre o tema, publicado em 1934, era completamente ignorado pelos intelectuais envolvidos com os assuntos da arte-educação na década de 1980, o que talvez se explique pelo fato de o livro não conter discussões concernentes ao ensino e, conseqüentemente, não apresentar indicações sobre como ministrar conteúdos artísticos nas escolas. (BARBOSA, 1982, p. 56).

Observa-se que a obra de Dewey publicada em 1934, *Arte como Experiência* é uma de suas principais obras, em que o autor se refere à arte como experiência. Em sua obra ele não ensina como ministrar aulas de artes nem seus conteúdos, ele explica que a arte é uma disciplina que interage com o todo, ou seja, é possível introduzir a disciplina de artes em todas as outras disciplinas, inclusive à filosofia, assim como no meio em que se vive.

A experiência, se examinada empiricamente, ela mesma, não é algo que aconteça em uma subjetividade encapsulada. Tem um lócus objetivo, evocado e perpassado por uma transação entre organismo e meio. O ponto focal no meio da transação, no que tange a experiência estética, é o que Dewey chama de “produto artístico” (DEWEY, 2010, p.20).

Neste contexto, é importante refletir a respeito da atuação da arte enquanto disciplina, ou seja, ela não deve ser vista apenas como conteúdos repetitivos, simples, planejados e repassados como algo pronto, Arte como disciplina interage com todas as outras, sendo assim, pode acontecer a interdisciplinaridade, o que a torna ilimitada, visto que o seu ensino vai além da sala de aula, respeitando a realidade de vida na qual o sujeito está inserido.

Em *Arte como experiência* (2010), Dewey define arte como experiência e como forma de linguagem, presente nos ambientes e práticas sociais. Assim, o autor critica claramente com a definição dominante que é atribuída ao fazer artístico, onde o mesmo era visto como uma condição superior e perfeccionista afastada das condições reais de criação, ou seja, apenas quem possuía um dom divino era capaz de criar. Tal definição explica a criação de várias obras, como templos, quadros, músicas, esculturas, poemas entre outros, tendo como origem a ação positiva humana. Porém não é suficiente para evidenciar porque alguns fazeres identificados como artes são escolhidos como obras ou trabalhos de artes. Sendo assim é imprescindível complementar a definição com um discurso sobre o que Dewey justifica como qualidade:

As qualidades, como qualidades, não se prestam, à divisão. Seria impossível dar nome até mesmo aos tipos do doce e do amargo. No fim, tal tentativa obrigaria a uma enumeração de tudo que é doce ou amargo no mundo, donde a suposta classificação seria um mero

catálogo, reproduzindo sob a forma de “qualidades” o que antes fora conhecido sob a forma de coisas (DEWEY, 2010, p. 382).

Entende-se então que nem todo criador descreve ou vislumbra uma imagem, um gosto ou um sentimento da mesma forma, cada um reflete suas criações da maneira que vê, fato este que distingue as diferenciações presentes no ser humano, cada um produz de acordo com sua imaginação, apreciação e estética, refletindo suas ações, paixões, sentimentos e experiências. Sendo assim, percebe-se que o pensamento de Dewey se distancia cada vez mais do pensamento hegemônico, ou seja, dominante, compreendendo que a arte pertence aos domínios do ser humano, da sua cultura e de suas vivências e não de algo vindo de fora ou de um dom celestial para obter experiência. Observa-se então que Dewey compreende a arte como tudo que pode ser produzido pelo ser humano e não somente ao que a ele é ensinado, ou seja, para ele o meio escolar é um espaço dinâmico, de experiências.

Em vez de ligarem as artes a uma expressão da vida da comunidade, a beleza da natureza e da própria arte foi encarada como um eco de lembrete de uma realidade celestial, cuja existência ficava fora da vida social e, a rigor, fora do cosmos- origem suprema de todas as teorias posteriores que trataram a arte como algo importado de fora para a experiência (DEWEY, 2010, p. 555).

O ensino de arte contribui para a formação e aperfeiçoamento do caráter e da cultura da sociedade. A poesia, a dança, o teatro, o canto, os instrumentos musicais, a música e as construções das civilizações novas e antigas podem ser caracterizados como arte, pois cada uma envolve experiência e tem um significado. Dewey acredita que toda prática humana possui uma dimensão artística, mesmo aquilo que finalize um produto artístico, para ele todas as práticas expressadas pelos seres humanos são experiências artísticas, esclarecendo que para a construção de uma obra de arte o sujeito deve interagir com o meio que ele vive, prestando atenção em todo processo e situações que acontece no meio natural e social, pois para ele não existe separação entre a cultura e a natureza. Ou seja, para Dewey o que importa é o crescimento, físico, emocional e intelectual do sujeito, portanto, se ele vive em meio à tristeza e angústia, harmonia e alegria ele vai criar baseando-se em sua realidade de vida e no ambiente em que ele está inserido levando em conta suas experiências diárias.

O autor afirma que todo ser humano nasce ativo e com energia para a vida, dotado de uma impulsão para se desenvolver, sobreviver, progredir e conquistar. O organismo, no entanto, vivência obstáculos, rupturas que produzem desconfortos – movimentos abruptos que o mobilizam integralmente (DEWEY, 2010, p. 150).

O elemento estético se faz presente como membro integrante no estágio final da experiência artística, quando se dá a elaboração ou a reconstrução de significados e o consequente contentamento, quanto no decorrer de todo o processo de criação ou produção que regula as atividades; por isso, é de extrema importância que a vida cotidiana seja constituída por experiências prazerosas, pois é no contexto desse ambiente comum que se forma a sensibilidade estética, sem a qual não há experiência artística. De fato, para Dewey a arte é um meio de comunicação de significados das experiências vividas pelo sujeito diariamente.

2.2 A Importância da Comunicação Social e a Ideia de Liberdade

De acordo com as contribuições de Maria Nazaré de C. Pacheco Amaral (1990), a palavra comunicação é de grande valor para Dewey, pois ela está ligada ao conhecimento e ao ato de compartilhar com a comunidade. Ele acreditava no processo de interação do ser humano com a natureza e que em uma comunidade devem existir valores sociais, como as crenças e culturas que rege a conduta dos indivíduos.

As crenças intelectuais são, acima de tudo, crenças morais e como tal dizem a respeito à conduta, a atuação pratica. A própria crença traduz se em ação. Afinal a crença que não atua, não existe, é uma falsa crença (AMARAL, 1990, p.69).

Compreende-se então que o sujeito precisa de uma crença para acreditar em si mesmo e em tudo que acontece ao seu redor. A comunicação é um dos elementos fundamentais para que ele viva em interação com próximo, sendo assim ter uma crença ou acreditar em algo é essencial para que o sujeito possa interagir, ou seja, se comunicar no meio em que vive, procurando viver democraticamente, seguindo os direitos e deveres estabelecidos pela sociedade, porém, é livre para estabelecer seus limites, valores e princípios, vivendo socialmente. Para viver na sociedade é preciso que o sujeito se adapte à realidade e às regras daquela sociedade, pois somente assim conseguirá viver em paz e harmonia, buscando o seu espaço e participação para que se sinta ativo, forte e eficiente, construindo bases sólidas para uma sociedade verdadeiramente democrática a partir da ideologia filosófica.

Não podemos nos esquecer de que, ao comunicarmos, temos que aprender a considerar nossos próprios hábitos e disposições como expressões das atitudes pessoais habitualmente dominantes. (AMARAL, 1990, p.72).

É importante destacar as contribuições de Amaral (1990), pois essa autora enfatiza que comunicação é condição de consciência e que esta só se forma a partir da comunicação com os outros e com a natureza, ou seja, o sujeito deve agir expressando a sua liberdade dentro das condições que são cabíveis a ele, tendo possibilidades de escolhas, mas respeitando a sua relação com as pessoas e os momentos. É importante também explicitar que liberdade é a ação de poder fazer coisas específicas, por isso antes de qualquer ação é preciso que o sujeito reflita e examine o que pode ou não fazer. Neste contexto, percebe-se que a atuação e a responsabilidade do sujeito por seus atos estão inteiramente ligadas ao seu comportamento e escolhas, sendo assim suas ações são de sua total responsabilidade.

Afinal a fé democrática na igualdade nada mais é do que a fé na oportunidade que cada um tem de indistintamente contribuir para a realização do bem de todos. No entanto, só a igualdade geral de oportunidades não basta para impulsioná-lo rumo à cooperação. (AMARAL, 1990, p. 75).

Para viver em sociedade é necessário que haja cooperação, inteligência, consciência e igualdade, porém nem todos têm as mesmas oportunidades dentro do meio social, então cabe ao sujeito crer, ou seja, acreditar que a igualdade é um elemento

democrático, assim é preciso que haja interação e cooperação mútua para compreender o que cada sujeito tem a oferecer para si, para o próximo e para o meio em que ele vive.

Um dos desafios mais presentes no discurso de Dewey é a conciliação entre a razão, fé e a filosofia. Ele era ateu, mas acreditava em algo maior que ele e declarava sua fé na humanidade e na democracia, ou seja, a sua fé relacionava o mundo da ciência e mundo moral, o mundo dos fatos e o mundo dos valores. A filosofia que é apontada pelo autor, acredita na capacidade de desenvolvimento e reconstrução da inteligência do sujeito através de suas vivências cotidianas, desconstruindo a ideia de uma inteligência pronta e acabada.

Dewey iguala inteligência à ciência por acreditar que ambas operam instrumentalmente. Do seu ponto de vista naturalista, a inteligência é uma consequência natural do homem no esforço em se adaptar ao seu ambiente. Tal esforço o levaria a utilizar, modificar e transformar os recursos naturais brutos disponíveis em objetos refinados pela ação inteligente. Desse modo, tendo em vista que a arte é a manipulação de recursos brutos, a arte, enquanto “prática inteligente”, lidaria com materiais da natureza e da experiência, com a conciliação e a união de aspectos divergentes, tais como a mudança e o contínuo, o formal e recorrente.

Entende-se, então, que o papel da escola e do ensino é proporcionar um espaço para a reconstrução contínua: ao mesmo tempo em que a escola ensina sobre aquilo que a humanidade já fez, ensina que tudo pode ser melhorado por meio da criatividade. Escola não é para ensinar a decorar, mas fazer a inteligência avançar criativamente.

Ao estudar Dewey e a relação do homem com a natureza, percebe-se que ele traz considerações significativas sobre a importância e a valorização da educação. Sendo assim, a autora Maria Nazaré de C. Pacheco Amaral (1990) afirma que:

À educação cabe, então, propiciar um ambiente favorável no sentido de permitir a atualização máxima dessa natureza potencialmente sábia. Mas o ambiente é aquele oferecido por um mundo produzido e valorizado por aspirações igualmente democráticas. Então o que resta à educação como tarefa? Resta a ela a importante tarefa de reorganizar, de reconstruir a experiência democrática da vida (AMARAL, 1990, p. 79,80).

Assim, é possível entender que as experiências são as condições educacionais existentes que são oferecidas pela sociedade aos sujeitos, visto que essas condições abrangem o conhecimento formal que acontece nas escolas e o conhecimento informal que é o processo pelo qual durante toda a vida as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos através das suas experiências diárias e da sua relação com o meio.

Para Dewey a educação é o processo de reconstrução ou reorganização da experiência, sendo assim é possível rever ações e conhecimentos para melhor conduzir as habilidades e experiências que estão por vir. A questão que ele apresenta é: “se a qualidade artística e estética está implícita em toda experiência normal, de que maneira explicaremos como e por que, de modo muito geral, ela não consegue explicitar-se?” (DEWEY, 2012, 73-4).

Entende-se então que para Dewey, toda experiência estética deveria permear todo processo de ensino e aprendizagem em todas as fases do currículo escolar. Segundo o autor é potencialmente estética, muito embora a apreensão das qualidades

estéticas possa ser suprimida por forças internas e externas (por exemplo, a ação mecânica ou a observação distraída e as condições econômicas).

2.3 A Arte Na Escola: muito mais que uma disciplina

A arte adentrou a escola por força dos movimentos artísticos, que inicialmente buscavam estabelecer ponte entre a arte, o ensino e a divulgação de obras e produtos, bem como promover o gosto e contemplação pela arte. Depois de muitos embates, entrou na educação básica. Todavia, em seus primórdios sempre esteve marcada pela dependência cultural e de interesses:

[...] história do ensino da arte no Brasil está marcada pela dependência cultural. Sabemos que o primeiro produto cultural brasileiro de origem erudita foi o Barroco. Trazido de Portugal, recebeu através da criação popular características que podem ser consideradas de cunho nacional. Os artistas e artesãos brasileiros à maneira antropofágica criaram um barroco com distinções formais em relação ao Barroco europeu. O ensino da arte barroca tinha lugar nas oficinas através do fazer sob a orientação do mestre. Estas oficinas eram a única educação artística popular na época (UNESP, 2011, p. 4).

O ensino de arte por longos anos, mesmo que com as campanhas e movimentos acerca da promoção e ensino dessa disciplina em sala de aula, foi visto, feito e trabalhado na escola como desenhos, pinturas, molduras, canto ou música, teatro e outras atividades. Mesmo com tantas diversidades de artes, não se pode afirmar que a mediação pedagógica acerca do tema foi tão significativa, do ponto de vista transformador e de promoção da expressão artística do educando. Mesmo porque os conteúdos eram na maior parte repetição de traços, cores, moldes etc.

Para a arte significar algo transformador na vida do educando ela precisa ser planejada do ponto de vista contextual, valorizando as vivências, a cultura e as crenças do aluno, daí buscar a reflexão sobre a história da arte, suas concepções no tempo, no espaço, na cultura, nas crenças e nos aspectos políticos de um povo, uma nação e/ ou comunidade.

Até meados do final do século XX, a arte ainda não era vista do ponto de vista crítico construtivo das ideias e conceitos que melhor propusesse a criação expressiva de novas ideias a partir dos estudos, objetos e/ou obras analisadas nas aulas de arte. Assim, no Brasil e no mundo, surgiram novos conceitos e idealização de arte na escola como ensino transformador.

No início do século XX, o Modernismo transpôs para o campo educacional a ideia de arte como expressão. [...] A ideia de arte como expressão induziu também, na segunda metade do século XX, experiências bem-sucedidas de arte para crianças e adolescentes como atividades extracurriculares. Foi neste contexto favorável que na década de 1970 a Educação Artística passou a ser obrigatória no ensino formal, carregando, entretanto, uma perspectiva conceitual e ideológica desfavorável configurada pelo tecnicismo e pela polivalência (UNESP, 2011, p. 5).

Diante do exposto, a educação como ideia favorável no ensino, passou a vigorar a partir dos resultados obtidos nas atividades de artes nas escolas brasileiras. O

significado de arte passa a compor além dos estudos de produtos, objetos e obras, a reflexão contextual de cada um deles na vida do aluno, na comunidade, sociedade e demais expansões sociais, culturais, políticas e econômicas.

No final do século XX o movimento de arte/educação se revigora em sintonia com a pós-modernidade, resultado do amadurecimento de um campo de conhecimento que desenvolve pesquisas e busca se aproximar do campo das práticas artísticas. Chegamos a nossa contemporaneidade que se caracteriza por múltiplas deglutições e apropriações de modelos, por trânsitos entre culturas (UNESP, 2011, p. 5).

A escola propicia a reflexão crítica da arte, buscando valorizar a identidade do aluno, desenvolvendo o pensar, recriar, criar, reconstruir ideias e se expressar enquanto ser pensante e produtor de sua obra. A educação mecanizada e preparatória do indivíduo para atender o mercado de trabalho, passa a novos conceitos de ensino de arte, vivência e produção dela.

Embora com essa nova visão de arte, em muitas escolas ainda prevalece as atividades de meras repetições de traços, cópias, pinturas, artesanatos com moldes prontos. Temos educadores ligados ao conservadorismo e que não aderem à ideia de mudanças e que são essenciais para o aprendizado do aluno, possibilitando-lhe o desenvolvimento de novas experiências que são fundamentais em seu aprendizado. Se desde o século XX a arte já era exigência amparada e documentada no Brasil, atualmente, está regulamentada com maiores detalhes em outros documentos e legislações. Observando a lei 869 do ano de 1969 da época da ditadura militar, compreende-se que a arte na escola já possuía um amparo legal. Vejamos o artigo 7 da LDB:

Art. 7º Será obrigatória à inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, *Educação Artística* e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira o disposto no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro e 1969. (BRASIL, 1971, grifo nosso).

A arte adentrou de fato no ensino brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988. De lá para cá, outros avanços foram alcançados na educação que refletiram no ensino de Arte:

[...] com a promulgação da Constituição, iniciam-se as discussões sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria sancionada apenas em 20 de dezembro de 1996. Convictos da importância do acesso escolar dos alunos de ensino básico também à área de Arte houve manifestações e protestos de inúmeros educadores contrários a uma das versões da referida lei, que retirava a obrigatoriedade da área. (BRASIL, 1997, p. 25)

Desta forma,

Com a Lei n.9.394/96, revogavam-se as disposições anteriores e a Arte é considerada obrigatória na educação básica: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (art. 26, § 2º). (BRASIL, 1997, p. 25).

Desde a data de sua publicação, algumas alterações ocorreram na redação da LDB, principalmente no artigo 26 que hoje assim prescreve: “§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017). E, ainda menciona que: “§ 6º. As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016).

3. ENSINO DE ARTE E A BNCC: COMO FICA A EDUCAÇÃO

Atualmente o sistema educacional brasileiro está se adaptando à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que vem sendo construído há um tempo e que visa à realização de um planejamento curricular, em todas as etapas e modalidades de ensino. A sua primeira versão foi redigida em 2014, sendo aberta para consulta pública em 2015 contando com contribuições das escolas e da sociedade para a criação da segunda versão. No ano de 2016, depois de redigida a segunda versão foi o tema de debate em todos os estados do país através de seminários. Em 2017 surgiu então a terceira versão que foi homologada pelo Mec.

O documento está estruturado em quatro áreas de conhecimento visto que as unidades de ensino se organizam e as dividem de acordo com as disciplinas específicas e com o nível de ensino. Ressalta-se que a BNCC veio para inserir um sistema único de educação para todas as unidades de ensino deste território nacional e que os professores devem estar cientes do que solicita o documento e assim se adequarem às suas exigências.

BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BRASIL, 2018, p. 14)

Sabe-se que o trabalho com a arte possibilita um melhor diálogo entre a percepção do sujeito e a construção de suas reflexões críticas acerca do conhecimento sistematizado na mediação da aprendizagem, bem como, a compreensão de mundo. Diante da magnitude do papel da arte na formação humana, já expressa na seção anterior, nos questionamos como seu ensino está apresentado nos documentos oficiais. Dentre estes, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteará a reformulação de diversos novos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Assim, no ensejo de conhecer esse novo documento e como o ensino de Arte está estruturado nele, nessa seção apresentamos a BNCC, seus principais objetivos e estruturas, como está organizada, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os campos de experiências, e, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação que podem ser desenvolvidos a partir do trabalho com as diversas linguagens artísticas.

3.1 A BNCC: objetivos e estrutura

A elaboração de uma proposta na/para a educação tem como gestão maior o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Recentemente, estas instituições, em parceria com os demais órgãos e instituições estaduais, municipais e representantes da sociedade, discutiram e elaboraram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, de acordo com sua justificativa e definição, enseja estruturar uma organização sistemática de ensino que garanta aos educandos em todo o território brasileiro, *o direito de igualdade de acesso aos conhecimentos essenciais para os ciclos de aprendizagem*.

Nesse sentido,

[a] Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

Sendo a BNCC de caráter normativo, compõe as políticas públicas educacionais, ou seja, deve ser cumprida em todo o Brasil de modo que os currículos de ensino a tenham como referencial, mas preservando o direito de inclusão de conteúdo, saberes e conhecimentos pertinentes a cada escola e/ou região. (BRASIL, 2017)

Segundo o documento, os estados e municípios são livres para construir seus currículos de ensino fundamentados na BNCC, apropriando de outros valores, saberes e conhecimentos que melhor corresponda às questões culturais, econômicas, sociais e étnicas de suas comunidades.

A BNCC tem como objetivo *organizar a proposta de ensino nacional*, não como um currículo pronto, mas uma referência que complementa os demais currículos de ensino de cada estado e/ou região, permitindo independentemente da localidade e das mudanças de uma escola para outra que o aluno não perca seus direitos básicos de aprendizagens, cujos conhecimentos essenciais a cada ciclo são importantes para sua formação e compreensão de mundo.

A justificativa dada para esse olhar sobre os *direitos básicos de aprendizagens* é que, antes de uma base comum, os alunos que mudavam de região e escola, muitas vezes estavam cursando ou estudando um conteúdo e ao serem matriculados em outra unidade de ensino no mesmo ano ou ciclo, já eram “obrigados” a mudar, ver outro conteúdo muitas vezes muito distinto, o que causava certos prejuízos na aprendizagem desses alunos.

Apesar de toda discordância no que se refere ao documento da base, questionado e debatido por muitos e depois de duas versões preliminares, foi homologado e no ano de 2018 se inicia o processo de estudos e discussões para reestruturação dos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos das instituições a partir dele.

Todavia, para uma melhor compreensão desse documento nos questionamos: que marcos legais embasam a BNCC? Por que ter uma base? Ao pesquisar sobre, percebemos que a BNCC foi criada em observância à legislação nacional relativa ao campo da educação. Encontramos referência a esta perspectiva de existência de uma base nacional nos seguintes documentos:

- Na **Constituição Federal de 1988** que prevê “Art. 210. Serão fixados conteúdos *mínimos* para o ensino fundamental, de maneira a assegurar *formação básica comum* e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, grifos nossos);

- Na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** vigente (BRASIL, 1996), ao legislar que:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem *ter uma base nacional comum*, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Grifos nossos)

- Nas **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica** (DCNEB, 2013), que definem a base:

Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

- No **Plano Nacional de Educação**, a estruturação de uma base é considerada como estratégia para atendimento das metas 2, 3 e 7 (BRASIL, 2014).

Estratégias: 7.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a *base nacional comum dos currículos*, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (Grifos nossos)

Desse modo, a BNCC orienta os documentos curriculares no ensejo a garantir o direito à *educação* em seus diversos níveis, como também possibilita a organização da proposta pedagógica nacional, para que os alunos em qualquer parte do território tenham garantidos os *direitos básicos de ensino e desenvolvimento* que os preparem para a vida.

Assim, a BNCC “está estruturada de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes”. (BRASIL, 2017, p. 23).

Nesse desiderato, a BNCC estabelece dez competências gerais de ensino, baseadas nos princípios de ação educadora que objetivam a evolução e transformação do ensino para que o cidadão possa melhor atuar em sua comunidade, conhecendo e atuando sobre a sociedade e o mundo em geral de forma positiva.

São elas:

1. *Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos* sobre mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. *Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências*, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. *Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.*
4. *Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.*
5. *Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.*
6. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*
7. *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*
8. *Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.*
9. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*
10. *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. BNCC (BRASIL 2017, p. 09-10 grifos nossos).*

Diante do pressuposto, todas as escolas e ciclos de aprendizagens devem seguir uma normativa curricular prévia, podendo expandir seus horizontes pedagógicos, complementando a base comum de acordo com a realidade contextual e demandas da comunidade escolar partindo da compreensão de que os alunos são os maiores interessados, ou seja, o objetivo maior da aprendizagem é a formação desses alunos.

A Educação Básica, ponto chave da Base Nacional Comum Curricular, abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. E, segundo a BNCC (BRASIL, 2017),

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e

desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver, conviver, brincar participar, explorar, expressar, conhecer-se por meio das relações com as outras crianças.

A BNCC é dividida por etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), estruturando-se de acordo com cada faixa etária. As dez competências propostas no documento se inter-relacionam nas três etapas, assim, ao longo dos anos os alunos deverão atingir todas essas competências.

O ensino de arte compõe as atividades mediadas de forma expressiva, pois os campos da arte envolvem dança, música, teatro, artes visuais entre outras e podem ser trabalhadas desde as primeiras fases. Para isso, é necessário planejamento, escolha minuciosa dos recursos e materiais didáticos e pedagógicos, a escolha do tema e sua contextualização, fazendo com que sejam trabalhados com as diferentes fases ou faixa etária.

A BNCC apresenta que o ensino de arte proporciona ao aluno uma criticidade para com o mundo, despertando um novo olhar sobre as culturas, as semelhanças e diferenças existentes entre elas. O ensino de arte deve proporcionar ao aluno ser o artista, usar da sua imaginação para que ele seja o protagonista, o criador de suas obras, sendo assim o documento propõe de fato uma superação da ideia conservadora de arte, tal como aprendemos com Dewey.

As artes visuais como processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, que têm a expressão visual como elemento de comunicação, a dança se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis, implicados no movimento dançado, a música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura e o teatro instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em performance. Nessa experiência, o corpo é lócus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física. (BRASIL/ 2017, p. 192-194)

A BNCC propõe algumas dimensões a serem alcançadas no ensino de artes, com o intuito de facilitar o processo de ensino e aprendizagem sendo eles “Criação, crítica, estesia, expressão, fruição, reflexão” BNCC (BRASIL 2017, p. 192-193). Além das quatro linguagens do ensino de arte que são: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, a BNCC apresenta como é importante um ensino que dialogue com as diferentes linguagens, apresentando a literatura como uma área da arte.

O ensino de arte oferece ao professor um suporte para que os alunos tenham uma melhor compreensão de suas vivências dentro e fora do espaço escolar, pois sua transdisciplinaridade busca uma intercomunicação entre as disciplinas, trazendo elementos, saberes e conhecimentos que dialogam e articulam entre si, através de suas competências, contribuindo com o desenvolvimento e compreensão de complexidades existentes nas relações de aprendizagens, favorecendo a compreensão de mundo por meio de um conteúdo.

A experiência educativa é, para Dewey, reflexiva, resultando em novos conhecimentos. Deve seguir alguns pontos essenciais: que o aluno esteja numa

verdadeira situação de experimentação, que a atividade o interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar suas ideias. Para o autor reflexão e ação devem estar ligadas, são parte de um todo indivisível. Dewey acredita que se aprende fazendo de acordo com a realidade dele, pois ele tem a capacidade de modificar o ambiente a seu redor.

4. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A presente pesquisa apresenta a perspectiva do ensino de arte na educação a partir das contribuições e valorização ao ensino de artes nas escolas brasileiras, analisando o papel do ensino de artes nas escolas no Brasil. Busca compreender os argumentos e contribuições do autor John Dewey, sobre o ensino de arte e suas estruturas educacionais construídas com o passar dos anos. Este estudo baseia-se em estudos bibliográficos e documentais. E para discutir sobre o tema foram utilizados como suporte teórico estudos de diferentes autores e suas respectivas compreensões acerca do tema.

Nesses estudos, pudemos constatar que a arte, de tão importante para o homem, adentrou o espaço escolar, se fazendo presente em todas as fases da Educação. E partindo da ideia de que a arte é uma área de conhecimento que não se consegue trabalhar isolada das demais disciplinas, ela se faz uma área do conhecimento transdisciplinar.

A arte é um dos caminhos viáveis de construção de uma aprendizagem democrática, capaz de possibilitar ao professor ir além de conteúdos convencionais, permitindo articulação, diálogo, troca de experiências, convívio e/ou reconhecimento de outras culturas, saberes e fazeres, que faça parte da comunidade, da região, do país e do mundo.

O modo de vida democrático teorizado por Dewey não diverge a igualdade, a harmonia conquistada por intermédio do silêncio, mas o permanente debate efetuado no interior de um ambiente que acolhe a divergência, a interatividade citada pelo autor descreve o quanto é importante o ato de se comunicar para compreender o meio em que se vive para que o sujeito possa conhecer e entender crenças, cultura e valores de uma sociedade, para que assim o mesmo possa criar.

O estudo realizado proporcionou uma reflexão sobre como a arte na perspectiva da BNCC é importante, pois traz considerações de como se pode trabalhar artes em vários componentes curriculares. Vale destacar que a BNCC demonstra uma preocupação relacionada ao respeito à integridade do sujeito, ou seja, o ensino de arte apresentado e sua estrutura visam à valorização dos direitos de “ser criança”, pois, segundo o documento toda criança tem o direito de “brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se” (BRASIL, 2017, p. 25).

Para tanto, a BNCC se estrutura em campos de experiências, os quais têm seus objetivos organizados para três faixas etárias. Com esse novo documento, o ensino de arte ultrapassa as fronteiras comuns das relações de mediação das aprendizagens, estrutura os mecanismos que envolvem objetivos, habilidades, expectativas, orientações para a proposta de construção do currículo de cada região, conforme as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada comunidade escolar. Portanto, é imprescindível que se conheça como a arte está inserida na Base Nacional Comum Curricular, pois este é um documento recente que tem como objetivo principal, a busca por uma educação igualitária, através de

experiências vivenciadas diariamente como é proposto por Dewey em suas considerações.

Através deste estudo, apontamos o quanto se faz necessário conhecer a história do ensino de artes BNCC, e como o ensino de arte se encontra estruturado e valorizado no referido documento, pois, assim como os objetivos da BNCC estão relacionados à valorização e respeito aos sujeitos, a arte também contribui significativamente para o desenvolvimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS

_____. MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. MEC. **Base Nacional Comum Curricular BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2017.

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. **Dewey: Filosofia e Experiência Democrática**. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. – (Debates; v. 229).

BARBOSA, A. M. (2002). **John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Cortez.

BARBOSA, A. M. (2012). **Arte-Educação no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva.

BARBOSA, A. M., & Coutinho, R. G. (2011). **Ensino da arte no Brasil: Aspectos Históricos e Metodológicos**. São Paulo: Unesp/Redefor.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ª edição. Lisboa: Edições 70, 2009.

CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE (Convento de Arrábida, Portugal, novembro de 1994). Disponível em: < <http://cetrans.com.br/assets/docs/CARTA-DA-TRANSDISCIPLINARIDADE1.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

CUNHA, M. V., & García, D. C. (2009). **A apropriação de John Dewey na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1964)**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 90(224), 176-203.

DEWEY, John, 1859-1952. **Arte como Experiência/John Dewey**; [organização Jo Ann Boydston; editora de texto Harriet Furt Simon; introdução Abraham Kaplan; tradução Vera Ribeiro, - São Paulo: Martins Fontes, 2010. – (Coleção Todas as Artes).

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Edusp. São Paulo: 2001. GADOTTI,

MOACIR. **Histórias das Ideias Pedagógicas**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. Pequena Introdução à Filosofia da Educação – A Escola Progressista, ou, a Transformação da Escola. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNESP. Ensino da arte no Brasil: Aspectos históricos e metodológicos. São Paulo, 2011.